Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Dissertação de Mestrado

Trabalho, saúde e gênero das professoras de Educação Infantil da Região Sul do Rio Grande do Sul

Janaina Barela Meireles

Pelotas, setembro de 2019.

Janaina Barela Meireles

Trabalho, saúde e gênero das professoras de Educação Infantil da Região Sul do Rio Grande do Sul

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Jarbas Santos Vieira

Pelotas, setembro de 2019.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

M479t Meireles, Janaina Barela
Trabalho, saúde e gênero das professoras de educação infantil da região Sul do Rio Grande do Sul / Janaina Barela Meireles ; Jarbas Santos Vieira, orientador. — Pelotas, 2019.
61 f.
Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2019.
1. Educação. 2. Trabalho. 3. Gênero. 4. Mal-estar docente. I. Vieira, Jarbas Santos, orient. II. Título.
CDD : 370.71

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Janaina Barela Meireles

Trabalho, saúde e gênero das professoras de Educação Infantil da Região Sul do Rio Grande do Sul

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação em educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 05 de setembro, de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jarbas Santos Vieira (UFPel) – Orientador

Prof. Dr. Álvaro Moreira Hypolito (UFPel)

Profa. Dra. Maria de Fátima Duarte Martins (UFPel)

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha filha Helena, que ainda não estava nos meus planos quando já pensava nesta dissertação. A ti, minha menina, desejo uma vida de grandes conquistas. E meu sonho é que te tornes uma mulher capaz de ser dona de seus próprios desejos.

Agradecimentos

Ao meu pai, Mário Meireles, que tão cedo se foi, mas que muito me ensinou. Sinto por não ter podido dividir contigo essa e tantas outras conquistas em minha vida. Ao homem de coração mais bondoso que já conheci, agradeço por ter me ensinado o valor das coisas simples da vida que não se compram com dinheiro, e por ter tido a oportunidade de ser sua filha.

A minha mãe, Nara Barela, e minhas irmãs, Janiara e Ana Jara. Mulheres batalhadoras, destemidas e sonhadoras que juntas me educaram e me ensinaram tudo que sei e tudo que sou. A vocês que sempre estiveram presente em todos momentos da minha vida, meu profundo agradecimento por todos esforços a mim dedicados.

Ao pai da minha filha, Giovani Stigger, que há mais de dez anos caminha ao meu lado. De ti sempre recebi apoio, incentivo e sábias palavras nos momentos difíceis. Me orgulho do homem que és e da sabedoria com que enfrentas os desafios da vida. Teu companheirismo foi imprescindível para que eu chegasse ao fim dessa trajetória.

Aos avós paternos da Helena, Lorena e Valdonei, que me acolheram como filha e estão sempre dispostos a ajudar. Obrigada pelo carinho e cuidado dedicados à minha filha. O empenho de vocês em estarem sempre presentes faz toda diferença em nossas vidas.

Aos amigos de infância Natiele e Daniel, que acompanharam a minha partida de Piratini, quando ainda tão nova sai para realizar sonhos e buscar oportunidades. Os conselhos e a torcida pela minha vitória nunca serão esquecidos.

Agradeço as Professoras participantes dessa Pesquisa, que tão gentilmente nos receberam nas escolas, dividindo conosco situações e vivências do cotidiano escolar. Ao Grupo de Pesquisa Gestão, Currículo e Políticas Educativas, que me recebeu de braços abertos quando ainda estava na Graduação. O incentivo, dicas e apoio de todos, fizeram eu acreditar no meu sonho, tornando-o realidade.

E é claro, ao meu parceiro nessa jornada. Meu orientador Jarbas Vieira. Obrigada por sempre acreditar em meu potencial. Obrigada pelo tempo em mim investido. Obrigada pelos ensinamentos de pesquisa e de vida. Contigo, além de muitas outras coisas, aprendi a ter autoconfiança e reconhecer a força que em mim existe, que por muitas vezes acreditava não ter. Nossa amizade é o que de mais valioso eu ganhei durante esses anos de estudos. Obrigada por fazer de mim uma Mestre em Educação!

Resumo

Esta dissertação consiste na análise das relações entre gênero, trabalho e saúde das professoras de Educação Infantil da Região Sul do Rio Grande do Sul. O estudo analisou como a sobrecarga de trabalho, incluindo aí o trabalho doméstico, naturalizado como trabalho feminino, impacta na saúde dessas professoras, que assumem atribuições tanto no espaço público como no privado. Para tanto, foram utilizados os conceitos de trabalho, trabalho doméstico, gênero e mal-estar docente. A dissertação foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando a análise do discurso das professoras extraídos de entrevistas semiestruturadas, realizadas com 18 professoras de 9 escolas de Educação Infantil em 9 cidades da Região Sul do Rio Grande do Sul. Concluiu-se que as precárias condições de trabalho nas escolas, somadas as altas demandas domésticas, pelas quais as mulheres são as principais senão as únicas responsáveis, levam essas professoras a realizarem um alto esforço, físico e mental, acarretando uma sobrecarga de trabalho e tendo impacto sobre a saúde dessas mulheres.

Palavras-chave: educação; trabalho; gênero; mal-estar docente.

Abstract

This dissertation consists of an analysis of the relationships between gender, work and health of the teachers of Child Education in the southern region of Rio Grande do Sul. The study was anecdotal as to how the workload, including domestic work, which is naturalized as female work, has an impact on the health of these teachers, who take on functions both in the public and in the private spaces. To this end, the concepts of work, domestic work, gender and educational malaise were used. The dissertation was developed using a qualitative approach, using an analysis of the two-course of the teachers extracted from semi-structured interviews, carried out with 18 teachers from 9 schools of Child Education in 9 cities in the southern region of Rio Grande do Sul. It was concluded that precarious working conditions in schools, along with the high domestic demands, for which women are the main ones, if not the only ones responsible, lead these teachers to make a great effort, both physical and mental, leading to an overload of work and having an impact on the health of these women.

Keywords: education; work; gender; teaching malaise.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JCQ	Job Content Questionnaire
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDC	Modelo Demanda-Controle
OIT	Organização Internacional do Trabalho
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

Capítulo I – PROBLEMA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 17

Problema 17

Objetivo geral 19

Objetivos específicos 19

Procedimentos metodológicos 19

Capítulo II – REFERENCIAL TEÓRICO 27

Trabalho doméstico: “coisa de mulher” 27

Gênero 34

Saúde e Mal-estar docente 38

Capítulo III – ANÁLISE DOS DISCURSOS DAS PROFESSORAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL 42

CONCLUSÃO 54

REFERÊNCIAS 58

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as relações entre gênero, trabalho e saúde das professoras de Educação Infantil e, para isso, explora a condição feminina e a sobrecarga de trabalho a partir da condição de subalternidade que a mulher ainda ocupa em nossa sociedade.

Embora o feminismo venha construindo uma teoria crítica que defende muitas conquistas para as mulheres, e uma delas é a inserção massiva no mundo do trabalho produtivo, essa inserção ainda é limitada devido a continuidade das responsabilidades domésticas e familiares. Isso se dá porque ainda é muito predominante, tanto no Brasil como em nível mundial, a ideia de que os homens são os provedores financeiros da família, enquanto as mulheres são as mantenedoras do bem-estar do lar, da família. Esse tipo de cultura faz com que recaia sobre as mulheres o trabalho do cuidado: aquele que necessita de longas horas de trabalho sem nenhuma remuneração e, muitas vezes, sem reconhecimento social. Assim, estando ou não inseridas no mercado de trabalho, em geral as mulheres são também donas-de-casa e realizam tarefas domésticas que não são reconhecidas como trabalho, entre outras coisas, por não produzirem valor.

Na tradicional divisão sexual do trabalho, coube às mulheres a responsabilidade pela manutenção da casa e do cuidado com os filhos, e aos homens o papel de provedores. Essa divisão se configura como uma das ferramentas de manutenção das desigualdades entre mulheres e homens. Os movimentos feministas vieram para questionar esse pensamento, lutando pelo direito ao trabalho profissional e alterando a concepção de trabalho feminino e masculino na sociedade. Com isso, as mulheres passam a ocupar os

mais variados cargos no campo profissional e não só no espaço doméstico, como era anteriormente designado. As lutas desses movimentos romperam barreiras e alastraram fronteiras para que as mulheres pudessem conquistar direitos que por muitos anos foram negados. Pensando nessas discussões é que esta dissertação de mestrado foi elaborada, problematizando a dupla jornada de trabalho das professoras e as implicações que esses afazeres trazem, ou podem vir a trazer, para a saúde dessas docentes, que assumem atribuições tanto no espaço público como no privado.

As implicações que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho provocaram, bem como a sua relação com a organização e distribuição dos afazeres no âmbito doméstico, são discussões que se tornam necessárias, tendo em vista que tarefas que poderiam ser de responsabilidade de todos os membros da família – essenciais para a manutenção da vida das pessoas –, ao longo dos tempos, foram naturalizadas como obrigação única das mulheres. As professoras de Educação Infantil não fogem à esta regra.

O fato desta dissertação ter como foco as professoras de Educação Infantil se deve a todo um processo de investigação desenvolvido desde 2007 por parte de integrantes do grupo de pesquisa *Gestão, Currículo e Políticas Educativas*. Naquele ano, os resultados da pesquisa *Constituição das doenças da docência (Docenças)*, desenvolvida entre junho de 2007 e outubro de 2009, identificaram que as professoras de Educação Infantil eram as profissionais que apresentavam maiores problemas de saúde. Este resultado levou o grupo de pesquisa, entre os anos de 2009 até 2017, a desenvolver um conjunto de investigações focados na relação entre saúde e processo de trabalho dessas docentes. Duas outras pesquisas foram então desenvolvidas: *A Produção do Mal-Estar Docente nas Escolas Municipais de Educação Infantil em Pelotas*, realizada entre junho de 2010 e outubro de 2012, e *Trabalho e Saúde das Professoras de Educação Infantil das Escolas Públicas Municipais da Região Sul do Rio Grande do Sul*, realizada entre 2013-2017.

Esta última pesquisa, realizada com professoras de todas as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) de 16 cidades do Rio Grande do Sul, com um universo de 386 respondentes efetivamente em sala de aula, apresentou os seguintes dados sobre a relação entre saúde e trabalho docente:

- em um intervalo de dois anos, 42,2% das professoras tiraram licença de saúde uma ou mais vezes;

- os problemas mais recorrentes que atingiram as professoras foram: viróticos (14,5%), emocionais (9,5%), ósseos (7,5%), respiratórios (7,2%), vocais (4,4%);

- os principais sintomas com que as professoras já trabalharam, segundo elas mesmas assinalaram, foram: dor de cabeça (79%), fadiga/cansaço (62%), dor na coluna (59%), tosse/rouquidão (59%), ansiedade (58%), nervosismo (49%), angústia (43%), outros problemas (20%);

- um percentual de 47,5% das professoras faz uso de algum medicamento na rotina de trabalho, de forma contínua ou esporádica.

Esses dados, produzidos através de um questionário elaborado pelo grupo de pesquisa no ano de 2013, evidencia um quadro de problemas de saúde vividos por essa categoria de professoras, que nunca aparecem nos discursos governamentais e em suas políticas educacionais, tanto nos municípios quanto no estado do Rio Grande do Sul. Não se pode ignorar o quanto a Educação Infantil ainda padece de importância nas diretrizes da política educacional gaúcha (e brasileira). Um nível de educação fundamental para a sociedade contemporânea e predominantemente desenvolvida por mulheres.

O trabalho na Educação Infantil é uma atividade historicamente desenvolvida por mulheres, porém, a exigência de formação para exercer o magistério nessa etapa da escolarização é muito recente na história do Brasil. Nem sempre reconhecida como profissão, com poucas condições de trabalho e com baixa remuneração, a exigência de formação só foi introduzida legalmente no nosso país a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei N. 9.394 de 1996, quando define-se a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, um direito das crianças e dever do Estado. Tais mudanças passam a indicar avanços no plano formal, mas, ao mesmo tempo, acaba se configurando novos desafios para o campo de atuação e de formação das educadoras infantis. A partir dessas reformas educacionais, o desempenho profissional passou a ser determinante na qualidade do processo educativo, acarretando novas pressões e exigências sobre a atuação docente.

O caminho percorrido pela Educação Infantil foi um percurso difícil e lento. Cabe destacar que, no passado, o reconhecimento da infância era diferente dos dias de hoje, e não havia um entendimento de que as crianças necessitavam de uma atenção especial nos primeiros anos de vida. A Educação Infantil, primeiramente surge como uma instituição assistencial que tinha como objetivo suprir as necessidades da criança, e de certa forma ocupar o lugar da família (Venzke, 2004).

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, em decorrência da industrialização, da crescente urbanização e reestruturação do capitalismo, as mulheres passam a ocupar, cada vez mais, o mercado de trabalho, formando parte importante do operariado. Isso desencadeia uma forte necessidade de criação e manutenção de espaços para deixarem as crianças que precisavam de cuidados, pois com uma jornada de 10 a 12 horas diárias as mães ficavam muito tempo distante dos filhos. Porém, a omissão do estado em assumir a responsabilidade pela criação e manutenção das creches fez com que essas instituições ficassem anos sendo vistas como entidades assistencialistas, o que impossibilitou a construção de uma identidade bem definida, não somente para a instituição, mas também para seus funcionários (Spada, 2006).

Na década de 1980, surgem pesquisas com o objetivo de discutir a importância das creches/pré-escolas, afirmando a necessidade da educação de crianças pequenas e que todas elas, independente da classe social, deveriam a ela ter acesso (Venzke, 2004). No final dessa década, a Constituição de 1988 acaba definindo creche/pré-escola como direito da família e dever do estado. Dois anos depois, em 1990, o Estatuto da Criança e do (ECA) reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. Mas é só em 1994 que o MEC publica o documento *Política Nacional de Educação Infantil,* passando a estabelecer metas, como a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças, além da necessidade de qualificação dos profissionais. Finalmente, no ano de 1996, com a promulgação de Emenda Constitucional, que cria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o artigo 62 foi pioneiro ao estabelecer a necessidade de formação para o profissional da Educação Infantil.

Segundo a lei:

> Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (LDB, 1996).

Além da formação das profissionais da Educação Infantil, o texto da lei também reafirma a responsabilidade constitucional dos municípios na oferta de vagas, contando com a assistência técnica e financeira da União e dos estados. Só então a Educação Infantil ganha uma dimensão mais ampla dentro do sistema educacional e passou a integrar os Ensinos Fundamentais e Médio, sendo ela a primeira etapa da Educação Básica (Brasil, 2006).

Dentro desse processo histórico, o trabalho das professoras de Educação Infantil é afetado, tanto do ponto de vista da sua concepção – o que fazer com as crianças, pois agora o cuidado se tornaria insuficiente – quanto do ponto de vista da organização do trabalho e de sua jornada dentro das escolas. Nesse sentido, a jornada de trabalho das professoras de Educação Infantil tornou-se mais extensa se comparada aos outros níveis de escolaridade, exigindo ainda mais cuidados e atenção constante das docentes em relação aos seus alunos e alunas.

Paralelo a essa realidade, é importante destacar que além do trabalho desenvolvido na escola, as professoras também realizam o trabalho doméstico, implicando uma sobrecarga de tarefas que não se resume somente ao espaço público, mas avança sobre o espaço privado – uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Mesmo trabalhando no espaço público, essas mulheres trabalham na esfera doméstica, e isso pode ter repercussões sobre a saúde: sobrecarga psicológica, fadiga física ou *burnout*, tempo insuficiente para lazer, de horas de sono e de alimentação.

Abordando assuntos que estão relacionados com a Educação Infantil, a saúde, o trabalho doméstico e as mulheres, esta dissertação está organizada em 4 capítulos. No Capítulo 1, apresento o problema, os objetivos e os procedimentos metodológicos da pesquisa. No Capítulo 2, apresento meu referencial teórico, quando discuto os conceitos de trabalho doméstico, gênero, saúde e mal-estar docente. No Capítulo 3, analiso os discursos das professoras sobre seu processo de trabalho estabelecendo relações entre gênero e saúde das docentes. E, por fim, no último capítulo, apresento as conclusões desta

pesquisa.

Desejo que este estudo possa contribuir para que possa existir um novo olhar sobre a saúde, o trabalho e a sobrecarga doméstica que acometem as mulheres, mais especificamente as professoras de Educação Infantil, na expectativa que essa realidade seja repensada, discutida e reconstruída.

Capítulo I

PROBLEMA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Problema

A análise das relações entre sobrecarga de trabalho doméstico, saúde e gênero entre as professoras de Educação Infantil da Região Sul do Rio Grande do Sul é o tema que move esta pesquisa. O interesse em estudar a relação entre gênero, trabalho e saúde, surgiu a partir da minha participação, enquanto graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas, no grupo de pesquisa *Gestão, Currículo e Políticas Educativas*, na pesquisa *Trabalho e Saúde das Professoras das Escolas Públicas Municipais da Região Sul do Rio Grande do Sul*.

Naquela pesquisa, a dimensão do feminino apresentou forte relação com a sobrecarga de trabalho das professoras. Uma relação que pôde ser vista nos próprios discursos das professoras que, sem exceção, reforçavam ser da natureza das mulheres cuidar das crianças pequenas e tomar conta da casa. Em ambos ambientes – a escola e a casa –, a ideia de uma natureza feminina era convocada pelas próprias professoras para que o processo de trabalho pudesse ocorrer. Nesse sentido, a jornada de trabalho se estendia da escola para a casa e da casa para escola, havendo pouca distinção entre o que a professora fazia em casa e a mãe fazia na escola (VIEIRA et. al, 2018).

Entrevistas com professoras e auxiliares de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) de 9 cidades da região sul do estado, fizeram ver que a jornada de trabalho escolar de todas essas mulheres não terminava ao final do expediente na escola. Quando questionadas sobre o trabalho fora do ambiente escolar, as respondentes, sem exceção, mencionavam o envolvimento com tarefas domésticas, associando-as ao fato de serem mulheres. O trabalho doméstico fazia parte de seus cotidianos, não raras vezes atravessadas por tarefas da própria escola que, de uma forma ou de outra, tornava possível identificar uma dupla ou tripla jornada de trabalho, com efeitos sobre a saúde dessas professoras.

A pesquisa citada e outras já realizadas (VIEIRA et. al, 2009, 2012; BALINHAS et. al, 2013), mostram que as EMEIs são um campo profissional predominantemente ocupado por mulheres. Tendo em vista que estas docentes trabalham em condições precárias, muitas vezes em escolas de difícil acesso e com jornadas de trabalho exaustivas, elas conciliam as diferentes demandas do trabalho profissional, trabalho doméstico e atribuições familiares. Como resultado desse processo, o que se encontra são muitas profissionais adoecidas e cansadas, somado a uma percepção de não receberem prestígio no âmbito profissional, nem no âmbito doméstico. Nesse sentido, o problema da pesquisa girou em torno das relações entre trabalho e saúde das professoras, questionando de que forma essa relação, ao naturalizar a educação de crianças pequenas e o trabalho doméstico como tarefas femininas, impacta na saúde dessas docentes.

Tendo em vista os resultados alcançados a partir da análise do discurso das professoras entrevistadas, é possível afirmar que:

1. A naturalização do trabalho doméstico e da educação de crianças como sendo de responsabilidade exclusiva das mulheres implica em uma grande sobrecarga de trabalho para essas professoras e contribui para seu adoecimento;

2. Embora o trabalho na esfera pública seja um fator de empoderamento das professoras, o trabalho doméstico, ao ser naturalizado como trabalho feminino, ajuda a produzir o enfraquecimento desse poder – um jogo de personalização e despersonalização das professoras como trabalhadoras.

Essas afirmações serão desmembradas nos capítulos seguintes, quando

apresentarei discursos das professoras, além de literaturas que vão ao encontro dos resultados encontrados.

Objetivo Geral

Analisar como a sobrecarga de trabalho impacta na saúde das professoras de Educação Infantil.

Objetivos específicos

1. Identificar o perfil sociodemográfico das professoras das EMEIs;
2. Identificar os municípios onde foram encontrados os maiores agrupamentos de professoras com problemas de estresse e despersonalização;
3. Identificar quais os problemas de saúde que a sobrecarga de trabalho produz entre as docentes;
4. Analisar como as professoras entendem a sua relação com o trabalho doméstico;
5. Discutir a relação existente entre gênero e trabalho doméstico.

Na sequência do capítulo apresento meus procedimentos metodológicos.

Procedimentos Metodológicos

Esta dissertação foi desenvolvida a partir de uma reanálise das entrevistas feitas com 18 professoras de 9 escolas de Educação Infantil em 9 cidades da Região Sul do Rio Grande do Sul: Arroio Grande, Turuçu, São Lourenço do Sul, Pinheiro Machado, Capão

do Leão, Santana do Livramento, Canguçu, Herval e Pedro Osório. Todavia, é preciso explicar o porquê dessas cidades e dessas professoras. É o que farei a seguir.

Os dados aqui analisados foram coletados pela pesquisa *Trabalho e Saúde das Professoras de Educação Infantil da Região Sul do Rio Grande do Sul* (2013-2017). Esta pesquisa teve como campo empírico todas as EMEIs de 16 cidades do sul do estado do Rio Grande do Sul, como já foi dito. Ela foi dividida em duas etapas: uma quantitativa e outra qualitativa. Na dimensão quantitativa, foram coletados dados de todo o universo de professoras efetivamente em sala de aula por dois instrumentos: (1) o questionário *Job Content Questionnaire* (JCQ) e (2) o Questionário Complementar. Ambos foram aplicados no local de trabalho das professoras.

O JCQ é um instrumento validado internacionalmente e visa identificar o controle de trabalho e as demandas psicológicas dos trabalhadores através de um modelo chamado de Modelo Demanda-Controle (MDC). Já o Questionário Completar, visou coletar tanto a percepção de mudanças no processo de trabalho pela ótica das professoras quanto suas licenças de saúde, seus sintomas de adoecimento no trabalho e o uso de medicamentos no cotidiano do trabalho, informações muito difíceis de serem obtidas através dos órgãos governamentais.

O Modelo Demanda-Controle (Job Strain Model), elaborado pelo professor Robert Karasek (1979), da University of Massachusetts, EUA, é uma referência para análises relacionadas ao trabalho. Esse Modelo privilegia duas dimensões psicossociais no trabalho: o controle sobre o trabalho e a demanda psicológica dele advinda. A partir da combinação dessas duas dimensões, o Modelo distingue situações de trabalho específicas que, por sua vez, estruturam riscos diferenciados à saúde. Para avaliar esses aspectos, Karasek (1985) elaborou um instrumento metodológico: o *Job Content Questionnaire*, traduzido e validado para a língua portuguesa como *Questionário sobre Conteúdo do Trabalho* (ARAÚJO, GRAÇA E ARAÚJO, 2003, p. 992).

O controle no trabalho refere-se ao uso de habilidades – o grau pelo qual o trabalho envolve aprendizagem de coisas novas. O desenvolvimento de habilidades especiais individuais também envolve autoridade de decisão, que abarca a habilidade individual para a tomada de decisão sobre o próprio trabalho, a influência do grupo de trabalho e a

influência na política gerencial (ARAÚJO, GRAÇA E ARAÚJO, 2003). Já a demanda psicológica refere-se às exigências psicológicas que o trabalhador enfrenta. Além disso, envolve pressão do tempo, nível de concentração requerido, interrupção das tarefas e a necessidade de esperar pelas atividades realizadas por outros trabalhadores.

O MDC distingue quatro tipos básicos de experiências no trabalho, gerados pela interação dos níveis alto e baixo da demanda psicológica e do controle:

- Alta Exigência do Trabalho – caracterizado como alta demanda e baixo controle;

- Trabalho Ativo – alta demanda e alto controle;

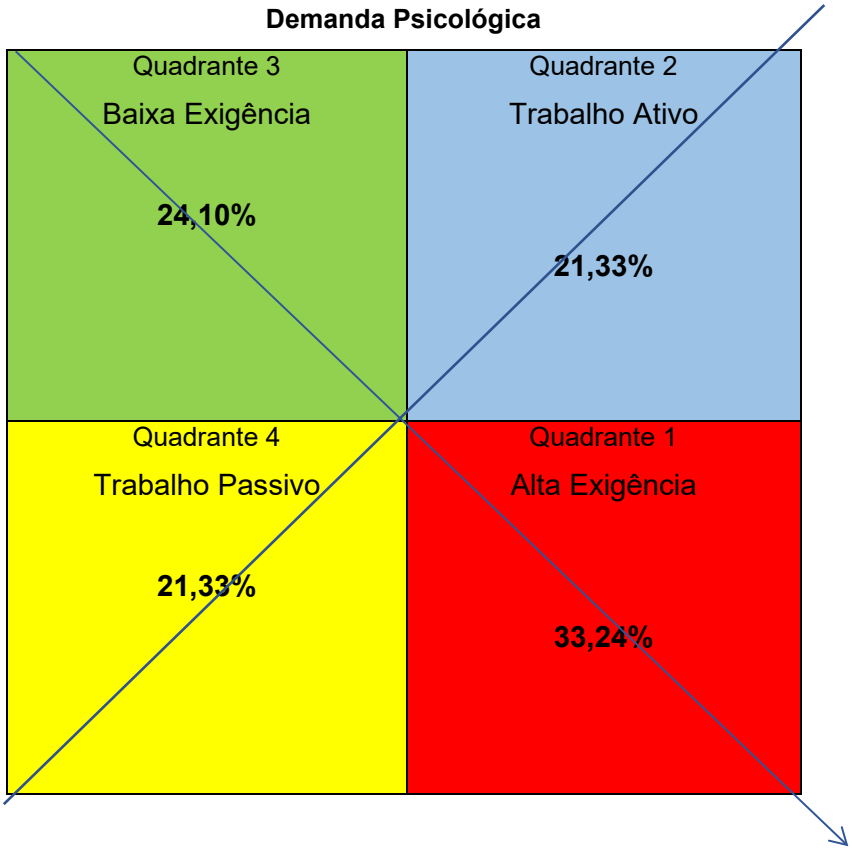
- Trabalho Passivo – baixa demanda e baixo controle;

- Baixa Exigência – combinando baixa demanda e alto controle.

O MDC indica a necessidade de traçar duas diagonais: uma – Diagonal A –, que vai do quadrante 3 (Baixa Exigência) ao quadrante 1 (Alta Exigência), indicando os grupos com riscos de exigência psicológica e adoecimento psíquico; outra – Diagonal B –, que vai do quadrante 4 (Trabalho Passivo) até o quadrante 2 (Trabalho Ativo) para encontrar os grupos que apresentam motivação para desenvolver novos tipos de comportamento no trabalho, portanto, mais protegidos de adoecimento.

Na distribuição das respostas das professoras dentro do MDC, no diagrama de quatro quadrantes, obtém-se a característica das hipóteses preditas pelo próprio Modelo, referentes ao maior risco de adoecimento – Diagonal A –, assim como a hipótese de existência de motivação para o desenvolvimento de novos padrões de comportamento – Diagonal B.

Abaixo apresento o MDC das professoras das EMEIs resultante da aplicação do JCQ nas 16 cidades do Rio Grande do Sul investigadas pela pesquisa *Trabalho e Saúde das Professoras de Educação Infantil da Região Sul do Rio Grande do Sul*.



Os percentuais correspondem a um total de 396 professoras efetivamente em sala de aula nas EMEIs em 16 cidades gaúchas. Como pode ser visto, 33,24% dessas docentes encontram-se no Quadrante 1 – Alta Exigência, que indica um grupo com alta demanda de trabalho e baixo controle sobre o que faz, por isso apresentando maiores riscos de adoecimento, inclusive adoecimento psíquico.

Das dezesseis cidades investigadas 9 delas concentravam o maior número de professoras no Quadrante 1, o que determinou o campo qualitativo da pesquisa. Nesta dimensão, a partir da identificação das cidades onde foram encontrados os maiores

percentuais de professoras com risco de adoecimento segundo os dados obtidos pelo JCQ, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, num total de duas professoras por EMEI totalizando 18 docentes. Essas mesmas entrevistas também serviram de base para essa dissertação, mas, agora, explorando, a partir da análise do discurso das professoras, especificadamente a relação entre trabalho docente, gênero e saúde dessas docentes.

Para efeito de esclarecimento é preciso dizer que a pesquisa citada anteriormente teve como universo 622 respondentes em 16 cidades, apresentando a seguinte divisão por tipo de trabalho: 391 professoras, 5 professores, 216 auxiliares mulheres e 7 auxiliares homens, havendo uma perda de 3 sujeitos. Estes números revelam que mais de 97% dos docentes destas escolas de Educação Infantil são mulheres, o que caracteriza o perfil feminino da categoria.

Outros dados relevantes sobre o perfil dessas professoras:

- 53,6% das participantes informaram que são casadas, enquanto 33,8% se declararam solteiras, 9,6% separadas, 1,8% viúvas e 1,3% disseram viver em união estável;

- 77,7% das participantes se declaram brancas, enquanto 14,6% declaram serem negras, 2,9% pardas, 0,3% amarela e 4,5% das respondentes não informaram;

- 39,1% possuem algum curso de pós-graduação, 27,4% possuem nível superior completo, o que indica uma categoria com 66,5% de professoras, em tese, com excelente formação para atuar no magistério;

- a média de idade dessas profissionais é de 39 anos e a idade predominante é de 35 anos;

- a média de tempo dessas profissionais no magistério é de 11 anos, mas vale ressaltar que existe um percentual de 0,4% da categoria que trabalha a mais de 40 anos no magistério.

Como disse alguns parágrafos acima, nesta dissertação analisei as falas das professoras, totalizando 18 respondentes. Todas as entrevistas foram gravadas com autorização das entrevistadas, transcritas e organizadas em uma grade de categorização, privilegiando os discursos que remetem as questões de saúde, trabalho e gênero.

As falas das professoras foram analisadas utilizando o conceito de discurso em Michel Foucault (2008). Em sua concepção, o discurso não pode ser reduzido simplesmente a uma relação linguística, ele é algo mais do que isso. Os discursos, "tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e palavras" (FOUCAULT, 2008, p. 54-55). Mais do que isso, os discursos formam objetos, criam a realidade. A ideia que esta dissertação defende, partindo da concepção de Foucault, é de que o discurso produz a realidade. A realidade é o efeito do discurso.

Eslabão (2011, p. 54) destaca que "a análise do discurso institui a linguagem como um instrumento capaz de fazer coisas". Já Gracia (2005), ao se referir as contribuições de John Austin (1962), destaca os estudos realizados sobre as propriedades performáticas da linguagem, enfatizando que tudo que se faz com a linguagem são atos que têm efeitos performativos, quando se fala se está fazendo alguma coisa. O autor afirma que "a linguagem não só nos diz como é o mundo, ela também o institui; e não se limita a refletir as coisas do mundo, também atua sobre elas, participando de sua constituição" (GRACIA, 2005, p. 39).

Com esta compreensão de discurso foram analisadas as entrevistas das professoras de Educação Infantil. A perspectiva foucaultiana, defende que nada há por trás do discurso, pois é preciso deixar de buscar o sentido oculto das coisas para trabalhar com o discurso em sua superfície, entendendo que ele diz a verdade e constitui a realidade.

A professora Rosa Fischer destaca que:

> Para Michel Foucault, é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar (FISCHER, 2001, p. 198).

Analisar o discurso, portanto, seria dar conta de práticas concretas que estão vivas no discurso e sendo ele um constituidor da realidade. Assim como o poder, o discurso produz inúmeros saberes.

De acordo com Foucault:

> (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é

> mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato de falar. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2008, p. 55).

Com essa perspectiva é que analisei os discursos e seus enunciados, considerados como uma função de existência dos próprios discursos. Os enunciados – que não podem ser aqui considerados a partir da perspectiva da análise linguística – podem ser compreendidos como uma função e, por isso, transversais as frases, proposições e atos de linguagem (Fischer, 1996).

> (...) o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apóia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência. Em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem; e para que se possa dizer se a frase está correta (ou aceitável, ou interpretável), se a proposição é legítima e bem constituída, se o ato está de acordo com os requisitos e se foi inteiramente realizado (Foucault, 2008, p.97-98).

Como função, o enunciado precisa ser analisado considerando-o não como uma frase, uma proposição ou um ato de linguagem, como faria a metodologia conhecida como Análise de Discurso. Trata-se, nesta dissertação, de entendê-lo como constituidor da realidade, e que não se confunde com o real. A realidade, no sentido aqui defendido, é uma narrativa que se faz sobre o real; uma narrativa que o constituí como real e que está na ordem do acontecimento em um certo tempo e em certo lugar. É preciso então considerar o tempo e o lugar para entender o significado e o sentido de cada discurso e, para isso, como diz Foucault (2008), é preciso considerar 4 elementos em sua análise:

> (...) um referente (ou seja, um princípio de diferenciação), um sujeito (no sentido de "posição" a ser ocupada), um campo associado (isto é, coexistir com outros enunciados) e uma materialidade específica (por tratar de coisas efetivamente ditas, escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas através de técnicas, práticas e relações sociais (p. 133 e ss.)".

Os discursos das professoras das EMEIs foram analisados à luz desses elementos, considerando que cada uma das respondentes era uma professora efetivamente em sala de aula, com formação para lá estar (referente), e isso lhe assegurava a condição de falar sobre seu trabalho e sobre sua vida (sujeito), além de, ao mesmo tempo, entender que seu enunciado nunca estava isolado (coexistia com outros enunciados) e possuía uma materialidade específica (passível de repetição ou reprodução em outros discursos, nos livros didáticos, nas reuniões de professoras etc.).

Partindo desta compreensão de que o discurso não pode ser visto apenas como um conteúdo representado por signos, entendi que ele é um lugar de luta permanente, onde as palavras se relacionam de maneira complexa, gerando uma relação repleta de construções e interpretações que são perpassadas por relações de poder. Os discursos das professoras de Educação Infantil produzem a realidade por elas vivenciada, constituindo práticas como uma forma de exercício de poder-saber.

Capítulo II

REFERENCIAL TEÓRICO

Trabalho doméstico: “coisa de mulher”

Definir o conceito de trabalho se torna necessário para que se possa refletir a problemática do trabalho doméstico não remunerado. O trabalho esteve presente na história e está relacionado com o desenvolvimento humano e com a transformação da natureza. Nesse sentido, ele necessita da ação humana para ser realizado, e é um elemento fundamental para o desenvolvimento social e cultural da humanidade.

Karl Marx, escreve que:

> Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho (MARX, 1988, p. 202).

Marx escreve sobre o trabalho exclusivamente humano, e isso é fundamental para entender o próprio conceito de trabalho, como pode ser lido no excerto seguinte:

> Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia.

> Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 1988, p. 202).

Desta forma, Marx estabelece os três elementos básicos do processo de trabalho em seu sentido geral, antes de adotar sua atual forma capitalista: "1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho" (Idem, ibidem).

É importante considerar que diferentes significados para o trabalho foram se construindo ao longo dos tempos, ele pode ser visto como obrigação ou lazer, fonte de realização ou como uma forma de sobrevivência. Atualmente a categoria trabalho está intimamente relacionada ao trabalho assalariado.

Mais uma vez, Marx (1988) faz ver esse processo de transformação em direção ao trabalho assalariado ao discutir valor de uso e valor de troca:

> No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu e o produto é um tecido. (MARX, 1988, p. 205).

E segue mostrando como o processo de trabalho, enquanto produtor de valor de uso, vai subsumindo ao valor de troca:

> O produto, de propriedade do capitalista, é um valor-de-uso, fios, calçados etc. Mas, embora calçados sejam úteis à marcha da sociedade e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica sapatos por paixão aos sapatos. Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso, que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso quer produzir mercadoria, além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais valia) (MARX, 1988, 210-211).

Com a expansão do processo de industrialização, o sistema capitalista organizou o trabalho para atender a interesses econômicos da burguesia e do patriarcado, que coloca os homens na esfera econômica e as mulheres no campo da reprodução social. De acordo com Barbosa:

> No capitalismo, o trabalho adquire uma funcionalidade e organização, em um determinado tempo do dia (com uma carga horária), e um valor (um salário). Há uma apropriação do processo de trabalho, de modo a gerar lucro e mais-valia, através da exploração da mão de obra da classe trabalhadora e do controle do seu trabalho assalariado. Assim, a concepção de trabalho adotada pelo sistema capitalista e patriarcal não considera o trabalho exercido no campo da reprodução humana, ou seja, o trabalho doméstico, informal, exercido majoritariamente pelas mulheres (BARBOSA, 2011, p. 2).

Estudos sobre trabalho doméstico têm questionado a concepção adotada pelo sistema capitalista e patriarcal que reconhece como trabalho apenas aquele que é gerador de mais-valia para a burguesia. Reconhecer o trabalho doméstico não remunerado exercido pelas mulheres na esfera privada como trabalho tem sido fonte de muitas análises de pesquisas feministas, nas quais defendem a insuficiência da perspectiva capitalista sobre o trabalho, tendo em vista que não considera grande parte da população que trabalha sem remuneração e sem carga horária estabelecida.

Há de se considerar que no Brasil somos herdeiros de uma tradição escravista do Período Colonial, onde mulheres negras e brancas trabalhavam de formas distintas. As mulheres negras foram escravizadas e obrigadas a limpar e cozinhar, enquanto as mulheres brancas gerenciavam atividades da casa e educavam os filhos. Essas desigualdades entre mulheres negras e brancas envolvem questões de raça e gênero, como explica Santos:

> O espaço social permitido para mulheres brancas e negras era o mesmo, o doméstico, mas o tratamento era diferenciado, com base na condição racial. Assim, as mulheres negras estavam sempre em condições de servilidade ainda maior com relação os homens brancos (SANTOS, 2010, p. 24).

O trabalho doméstico é realizado dentro de uma relação entre pessoas, e necessita de uma disponibilidade de tempo, principalmente das mulheres, para servir a família. Mesmo possuindo particularidades que o faz ser diferente de diversas atividades realizadas no mercado de trabalho, o trabalho doméstico deve constituir-se como trabalho, tendo em vista que é uma atividade necessária para a subsistência dos indivíduos de qualquer sociedade.

Fougeyrollas-Schwebel define trabalho doméstico:

> (...) como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 257).

Especificando um pouco mais o conceito de trabalho doméstico, mas agora referindo-se ao trabalho doméstico remunerado, Solange Sanches o define como...

> (...) afazeres realizados por uma pessoa em troca de remuneração (em dinheiro ou espécie, como ainda é corrente em várias partes do mundo). Esses afazeres compreendem o cuidado com o lar, o que envolve a realização de um grande e variado conjunto de atividades: serviços de limpeza, arrumação, cozinha, cuidado das roupas e outros itens de vestuário, e, em muitos casos, cuidado de crianças, idosos ou mesmo plantas e animais domésticos. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) apresenta a extensa lista das tarefas relacionadas ao trabalho doméstico nas suas várias modalidades (SANCHES, 2009, p. 880).

Levando em consideração o fato de uma definição ser relativa ao trabalho doméstico não remunerado e outra ao trabalho doméstico remunerado, podemos identificar que não há diferenças quanto às tarefas realizadas e ambas, de alguma forma, remetem a uma história que envolve a representação social que se faz das mulheres e do trabalho feminino.

Tanto as discussões dos papéis sociais, feminino e masculino na sociedade, como a "desordem" na estrutura familiar que as mulheres provocam ao saírem de casa para o mercado de trabalho, são questões que emergem em estudos sobre mulher e trabalho, tendo em vista que são elas que têm assumido, na maioria das vezes, a dupla jornada de trabalho.

Pinho afirma que:

> O acúmulo de tarefas decorrente da dupla jornada de trabalho sobre as mulheres pode ser entendido não só como uma naturalização das atividades domésticas à condição feminina como também uma prerrogativa masculina que facilita a ausência dos homens nessas atividades, mesmo em uma época em que as mulheres encontram-se cada vez mais inseridas no mercado de trabalho (PINHO, 2006, p. 30).

Apesar dos avanços conquistados, as perspectivas das mulheres no mercado de trabalho ainda estão longe de serem iguais às dos homens, e isso se evidência nas pesquisas realizadas pela Organização Mundial do Trabalho (OIT, 2018), quando no ano de 2018, a taxa global de participação das mulheres na força de trabalho ficou em 48,5%, estando 26,5 pontos abaixo dos percentuais masculinos. Os dados dessa mesma pesquisa ainda apontam que a taxa de desemprego global das mulheres ficou em 6%, enquanto a

taxa dos homens ficou em 5,2%. já a dedicação a trabalhos familiares não remunerados se encontra em maior percentual entre as mulheres, 16,6%, enquanto apenas 6,4% dos homens dedicam-se a atividades domésticas.

Mesmo ainda não estando em equidade com os homens, é importante considerar que a entrada das mulheres no mercado de trabalho cresceu substancialmente nos últimos anos, porém o mesmo não acontece com as participações masculinas nas tarefas domésticas. Um estudo realizado pelo Instituto Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA), *Retrato das Desigualdades de gênero e raça,* com base em séries históricas de 1995 a 2015, e divulgado em março de 2017, aponta que a jornada de trabalho semanal incluindo as tarefas domésticas são de 55,3 horas para as mulheres e 47,7 horas para os homens, a pesquisa ainda indica que, na população entre 10 e 15 anos, as meninas dedicam-se 25,1 horas por semana nas atividades domésticas, enquanto os meninos dedicam-se apenas 10,2 horas. E essas diferenças perduram ao longo da vida, pois o número de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos, pela população de 16 anos ou mais é de 25 horas para as mulheres e 10 horas para os homens. Esse conjunto de dados indica que as atribuições com a casa e com a família continua sendo feminina, representando uma sobrecarga ou dupla jornada de trabalho quando as mulheres escolhem ou necessitam exercer atividades remuneradas fora de casa.

Em geral, o trabalho assalariado e o trabalho doméstico ocupam grande parte do tempo do universo feminino, privando-as de um tempo livre, pois ao retornarem para casa no final dia, as mulheres se deparam com mais trabalho: o doméstico. Se para os homens a organização da vida e do tempo gira em torno do trabalho assalariado, parece que para as mulheres não há uma única atividade estruturante, ou seja, nenhum dos diversos trabalhos assumidos caracteriza-se como central e organizador da identidade feminina, nem o trabalho doméstico, nem o trabalho assalariado.

Rafaela Cyrino (2009), quando analisa a relação entre trabalho e gênero, diz que há uma percepção diferente entre homens e mulheres quanto a divisão de tarefas domésticas:

> Pode-se tentar compreender essa diferença de percepção supondo-se a presença de um discurso masculino de divisão igualitária das tarefas domésticas dentro do

> socialmente aceitável. Mas é possível, concomitantemente que os homens, ao considerarem o trabalho assalariado como atividade central e estruturante em suas vidas, considerem mais do que justo e normal que as atividades domésticas possuam apenas um caráter acessório e residual no seu cotidiano. O tempo que dispendem com tarefas domésticas, então, não é central e nem estruturante, podendo até ser considerado como lazer (...).

Um dos fatores determinantes para a posição secundária que as mulheres ainda ocupam no mercado de trabalho, se dá pelo fato da persistência de tornar feminina as responsabilidades com a casa e com a família, existindo uma constante necessidade de articulação entre papéis familiares e profissionais. Tais condições em que vivem mulheres e homens não são frutos de um destino biológico, mas sim de construções sociais que se adaptam e se moldam conforme cada sociedade. Esta divisão sexual do trabalho demonstra uma relação de poder entre os sexos, e possui como característica principal a destinação das mulheres à esfera reprodutiva, e aos homens à esfera produtiva.

Conforme Hirata:

> Essa forma particular de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem "vale" mais do que um de mulher)". Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a "papéis sociais" sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA, 2007, p. 599).

O trabalho realizado em grande maioria por mulheres na esfera privada, caracteriza-se como trabalho não produtivo, ou seja, não criador de valor, tornando-se um trabalho invisibilizado em nossa sociedade. Mulheres que realizam trabalho doméstico, em geral, são reconhecidas socialmente como sujeitas de ações invisíveis, sendo assim, por objetivarem um trabalho remunerado e com mais prestígio, elas se deslocam para a esfera pública. Porém, esse deslocamento não significa que ela vá exercer uma função em detrimento da outra, mas sim que passará a exercer uma dupla jornada de trabalho.

> De acordo com Melo (2005), as funções tradicionais que as mulheres exercem secularmente e que permanecem como encargo específico feminino, têm um caráter de invisibilidade social, sendo desqualificadas e desvalorizadas socialmente. Revelar, portanto, o trabalho doméstico, evidenciando que este se compõe não apenas de uma multiplicidade de tarefas

> como limpeza, arrumação, vestuário, mas inclui a socialização das crianças e a manutenção dos laços familiares, é parte desse processo de desvelamento de uma realidade pouco visível à sociedade, de uma maneira geral (CYRINO, 2009, p. 75).

Talvez os efeitos dessa invisibilidade ajudem a produzir, no imaginário de homens e de mulheres, a naturalização do trabalho doméstico como trabalho feminino. De acordo com Clara Araujo e Ceci Scalon (2005), a noção de cuidado foi socialmente construída e naturalizada como atributo feminino por ser cercado de elementos subjetivos e não ser visto como trabalho. Não por acaso, que esse desprestígio recai também na profissão, principalmente com as professoras de Educação Infantil, tendo em vista que o cuidado é a atividade central com crianças pequenas.

Nas instituições de Educação Infantil o cuidado é parte integrante do processo educacional, porém, cabe ressaltar que esse atributo exige conhecimentos e habilidades que extrapolam a dimensão pedagógica. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), diz que:

> A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos (RCNEI, 1988, p. 24).

Ainda de acordo com o RCNEI, o cuidado precisa considerar, principalmente as necessidades de cada aluno, fazendo delas prioridades, para que assim as professoras possam ajudar as crianças a se desenvolverem como seres humanos, valorizando as capacidades individuais de acordo com as diferentes realidades socioculturais. Assim, cuidar significa dar atenção e ainda "inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma" (RCNEI, 1998, p. 28).

Ao profissional de Educação Infantil, cabe trabalhar com assuntos de natureza diversas, e isso inclui desde cuidados básicos fundamentais até conhecimentos específicos de diversas áreas do conhecimento, o que demanda uma formação bastante ampla e exige das professoras constantes atualizações e reflexões sobre suas práticas. Mesmo com tantas demandas e ocupando cargos fundamentais para o desenvolvimento das crianças, existe um cenário social de invisibilidade e desvalorização da profissão

docente, que vai na mesma direção da desvalorização do trabalho doméstico. Com isso, mesmo estando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres continuam sendo desvalorizadas, pois "cuidar de crianças pequenas" é, muitas vezes, considerado uma extensão do lar, e mesmo com uma alta demanda de trabalho, elas acabam não sendo reconhecidas em nenhuma das atividades realizadas, seja em casa ou seja na escola.

Estar inserida no mercado de trabalho produtivo não significou para as mulheres um compartilhamento das tarefas domésticas entre os membros da família. A dupla jornada de trabalho exercida pelas mulheres ilustra como as estruturas de relação de poder estão presentes nas relações sociais de gênero. Há de se considerar que temos em nossa sociedade uma história permeada por desigualdades sociais no que se refere ao trabalho doméstico, existe uma relação entre as dimensões do patriarcado, do racismo e do capitalismo que oprimem as mulheres, sendo estes responsáveis pelas desigualdades presentes na sociedade. Tal como o conceito de gênero, esta noção de trabalho doméstico também funcionará como ferramenta analítica neste projeto. Desta forma, na próxima seção, irei discutir os conceitos de gênero e de mal-estar docente.

Gênero

A construção da identidade de gênero é atravessada por inúmeras aprendizagens e práticas que estão sempre em construção. Uma relação social contraditória e não finalizada, produzida a partir de um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. Família, escola, igreja e instituições médicas são alguns dos campos consagrados nesse processo constitutivo. Na contemporaneidade não podemos esquecer da internet, mídia e as telenovelas, que afirmam o tempo todo como devemos nos comportar, como vestir e/ou o que comer, reiterando ou fazendo surgir novas orientações, multiplicando os modos de compreender e de viver os gêneros.

O conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhe um caráter fundamentalmente social. Ele demonstra

que não são propriamente as características sexuais que vão constituir o que é feminino ou masculino, mas sim a forma como essas características são representadas, e tudo aquilo que uma determinada sociedade diz sobre elas. Valendo-se da ideia de que este é um conceito amplo e intenso, neste projeto irei enfatizar a dimensão de gênero ligada a noção de poder, constatando que o poder é exercido de forma desigual entre os sexos. Diante dessa desigualdade, gênero se torna uma maneira de indicar as construções sociais nas sociedades, e para pensar essas questões culturais deve-se levar em conta o jogo das diferenças, no qual os agentes envolvidos são aqueles que definem as regras dessa relação de poder.

Para a autora Joan Scott (1989), o estudo sobre o conceito de gênero é importante enquanto uma categoria útil para a história, e não somente para a história das mulheres. Nesse sentido, gênero se torna um campo fértil de análise das desigualdades e das relações de poder, tendo em vista que ele pode alcançar tanto a história das mulheres quanto dos homens, das relações entre mulheres e homens, das mulheres entre si e igualmente dos homens entre si. Segundo Scott (1989, p. 21), gênero "é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder". Porém, o conceito passa a possuir um sentido mais despolitizado sendo usualmente utilizado como sinônimo de mulheres, deixando de estar preocupado com as questões centrais de desigualdades e/ou poder. A substituição do termo mulheres por gênero, em muitos estudos, se dá pelo fato de que a palavra gênero parece demonstrar uma maior seriedade ao trabalho:

> Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre desigualdade ou poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo "história das mulheres" revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente as práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o "gênero" inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não constituir em uma ameaça crítica (SCOTT, 1989, p. 6).

Se é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros, mesmo que os estudos continuem priorizando análises sobre as mulheres, eles agora estarão também referindo-se aos homens, tentando evitar afirmações generalizadas a respeito da mulher e do homem. Gênero, por tanto, é um conceito que diz respeito a relação entre homens e mulheres e envolve a relação do indivíduo com outros indivíduos, bem como com a

cultura da qual ele faz parte. Para Louro (1997, p. 23), “o conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos”. Sendo o gênero uma construção social, é fundamental o questionamento de suas representações tradicionais, tendo em vista que essas representações contribuem para que mulheres e homens se percebam eternizados em determinados comportamentos e atitudes, que são representados socialmente como parte da natureza feminina e masculina.

Nesse sentido, pensemos nas escolas. Instituições escolares são também atravessadas pelos gêneros, pois nelas estão inseridos sujeitos imersos em relações de poder que se constroem a todo momento. As práticas, as organizações e os procedimentos agem sobre aqueles que estão ali inseridos. Se tratando do corpo docente, as mulheres ocupam predominante esse espaço, especialmente em Escolas de Educação Infantil, que possuem como característica marcante o cuidado (atributo destinado às mulheres).

A docência, com o passar dos anos, adquiriu um caráter eminentemente feminino, tornando-se, hoje, uma profissão expressivamente das mulheres – *feminização do magistério*. Para Carvalho (1999), não é somente a presença massiva das mulheres na docência que faz dela uma profissão feminina, mas também à associação das práticas e atividades desta profissão ao universo feminino. Atributos que tradicionalmente foram designados às mulheres, passam a compor o magistério: amor, sensibilidade, cuidado etc., desta forma, a representação do magistério passa a ser claramente feminina – principalmente o magistério exercido em Escolas de Educação Infantil – as professoras passam a ser compreendidas como mães, mantendo um caráter de doação e de entrega às atividades docentes.

A entrada das mulheres na sala de aula se deu no Brasil na segunda metade do século XIX, juntamente a um processo de urbanização e surgimento de um novo estatuto escolar, que permitiu, de forma gradual, o predomínio das mulheres como docentes. Porém, nessa época, eram estabelecidas expectativas e funções diferentes para professoras e professores.

Segundo Louro:

> (...) são incumbidos de tarefas de algum modo distintas, separados por gênero (senhoras "honestas" e "prudentes" ensinam meninas, homens ensinam meninos), tratam de saberes diferentes (os currículos e programas distinguem conhecimentos e habilidades adequados a eles ou a elas), recebem salários diferentes, disciplinam de modo diverso seus estudantes, têm objetivos de formação diferentes e avaliam de formas distintas (LOURO, 1997, p. 95).

Mesmo com a participação feminina no mercado trabalho, os problemas de segregação ocupacional e de discriminação salarial entre os sexos não se eliminaram. Por conta da divisão sexual do trabalho as mulheres continuam com menor inserção no mercado remunerado e maior presença no trabalho doméstico não remunerado (ALVES et. al, 2017). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apresentou o perfil do professor, com dados extraídos do *Censo da Educação Básica* dos anos de 2009, 2013 e 2017, demonstrando que no ano de 2017 96,6% das professoras das EMEIs eram mulheres, sendo estas as menos valorizadas, com salários e condições de trabalho precários e recebendo pouco reconhecimento tanto por parte das famílias como por parte do governo. Esse dado vai ao encontro com resultados obtidos com a pesquisa *Trabalho e Saúde das Professoras de Educação Infantil das Escolas Públicas Municipais da Região Sul do Rio Grande do Sul (2016)*.

Embora a modernidade e a ruptura com as formas mais tradicionais tenham propiciado certa evolução na condição das mulheres, na contemporaneidade ainda persistem relações hierárquicas entre gêneros, pois na vida social os homens continuam assumindo papéis e posições dominantes e mais valorizadas. Historicamente as mulheres conquistaram seu espaço, e romperam com as formas mais tradicionais de organização da vida, porém é preciso considerar que as relações hierárquicas de gênero ainda persistem, e faz com que os homens continuem assumindo posições dominantes e mais valorizadas. De certa forma, as mulheres conquistam sua independência quando alcançam a esfera pública, porém, ao final do dia, ao retornarem aos lares, retomam o seu papel de dona de casa e reproduzem a condição social que lhes é imposta pela sociedade.

Nesse sentido, compreende-se que assim como aquelas que trabalham na esfera privada, mulheres que exercem profissão remunerada na esfera pública em geral também são donas de casa, evidenciando a naturalização do âmbito privado como sendo pertencente às mulheres. Com esta compreensão de gênero e dentro da realidade

apresentada acima, é que serão analisadas as entrevistas das professoras das EMEIs. Não sem antes apresentar o conceito de mal-estar docente.

Saúde e Mal-estar docente

Já há algum tempo que os educadores sofrem uma crise de identidade. Questionamentos sobre o que é realmente o ofício de ser professor (a), do saber e do saber-fazer dos educadores, geram essa crise e impõe impasses constantes na vida desses profissionais. É verdade que, a atividade de educar exige das trabalhadoras uma relação de afeto e um vínculo emocional com o seu objeto de trabalho: o aluno. Mas somente no cotidiano da sala de aula, na realidade do trabalho que as escolas exigem, que as educadoras verão em maior ou menor medida esses vínculos emocionais e afetivos.

A falta de motivação, esgotamento físico e mental, faz com que exista um alto número de pedidos de licenças de saúde entre o professorado, e isso gera o surgimento do absenteísmo, acarretando problemas de várias ordens no cotidiano escolar. Devido a isto a Síndrome de *Burnout* tem sido objeto de estudo nos últimos anos. Na língua portuguesa *burnout* equivale a *Síndrome do Esgotamento* (Lei № 3048/99 sobre a síndrome da doença do trabalho). É a partir da década de 70 que o termo *burnout* começa a aparecer na literatura, pois foi nesse período que modelos teóricos e instrumentos capazes de registrar esse sentimento crônico de desanimo, de apatia e despersonalização começaram a ser construídos. *Burnout,* é uma síndrome que leva o trabalhador a perder o sentido da sua relação com o trabalho, e todo e qualquer esforço lhe parece ser inútil. Os profissionais maus afetados são principalmente aqueles da área da educação e da saúde, pois estes possuem contato direto com seus usuários.

De acordo com CODO (1999, p. 238), a síndrome é entendida como um conceito multidimensional e envolve três componentes:

> 1. Exaustão emocional – situação em que os trabalhadores sentem que não podem dar de si mesmos a nível afetivo. Percebem esgotada a energia e os recursos emocionais próprios, devido ao contato direto com os problemas.
>
> 2. Despersonalização – desenvolvimento de sentimentos e atitudes negativas e de cinismo às pessoas destinatárias do trabalho (usuários/clientes) – endurecimento afetivo, "coisificação" da relação.
>
> 3. Falta de envolvimento pessoal no trabalho – tendência de uma "evolução negativa" no trabalho, afetando a habilidade para realização do trabalho e atendimento, ou contato com as pessoas usuárias do trabalho, bem como com a organização.

A tensão entre a necessidade de estabelecer um vínculo afetivo e a impossibilidade de concretizá-lo leva o trabalhador a um sentimento de exaustão emocional, desencadeando um esgotamento da energia física ou mental. As professoras nessa situação sentem-se totalmente desgastadas emocionalmente e passam a ficar irritadas com mais frequência, tornando o processo de ensino aprendizagem inviável, pois se de um lado temos professoras incapazes do mínimo de empatia, do outro temos profissionais sofrendo com ansiedade, baixa autoestima, sentimento de exaustão física e emocional.

Quando estudado em relação ao magistério, o termo *burnout* passa a ser denominado mal-estar docente (ESTEVE, 1999). O mal-estar docente evidencia-se através da manifestação das dificuldades ou impossibilidades de lidar com as problemáticas que surgem nos cotidianos das escolas. Sua manifestação se dá a partir de relatos de sentimentos de angústia e impotência, resultante do tensionamento das relações estabelecidas e mediante a enfrentamentos que professores se deparam na realização de sua prática.

Mudanças no contexto em que se desenvolve a educação, diferentes demandas atribuídas à escola e sua influência sobre a prática docente, permitiu que Esteve (1987), pudesse identificar os fatores constitutivos do mal-estar docente, que foram classificados em fatores de primeira ordem e fatores de segunda ordem.

> Fatores de primeira ordem:
>
> - são aqueles que incidem diretamente sobre a ação do professor, generalizando tensões associadas a sentimentos e emoções negativas. Entre estes fatores estão os recursos materiais e as condições de trabalho, a violência nas instituições escolares, o esgotamento docente e o acúmulo de exigências sobre o professor.

> - os recursos materiais e as condições de trabalho são considerados tanto no nível dos recursos pessoais, quanto às limitações institucionais e, até mesmo, em relação aos recursos humanos. Isso envolve oportunidades para participar de cursos de qualificação profissional, regime de trabalho, distribuição da carga horária, apoio, infraestrutura precária, condições climáticas adversas, falta de materiais e equipamentos, entre outros. As professoras se vêem frequentemente divididas entre a falta de materiais didáticos necessários e falta de tempo para qualificações, e as crescentes exigências sociais, além da cobrança de atualização metodológica pelas autoridades educacionais.
>
> Fatores de segunda ordem
>
> - são aqueles decorrentes do contexto em que se exerce a ação docente, e incluem a modificação no papel do professor, resultado das transformações do contexto social, que determinam constantes desafios à sua atuação. Este processo histórico de transformação social e acelerado desenvolvimento científico e tecnológico incide diretamente sobre a escola, que passa, conseqüentemente, por uma crise de identidade, necessitando preparar "para uma sociedade que ainda não existe" (ESTEVE, 1987, p.36)

A mudança no contexto e nas demandas sociais acarreta novas expectativas da sociedade sobre os professores, ao mesmo tempo em que confia à escola e aos docentes intensas responsabilidades antes atribuídas à família, no que se refere à tarefa educativa. De acordo com Esteve (1999), as expressões do mal-estar docente compreende desde sintomas físicos (úlceras, insônia, tensão muscular, doenças cardiovasculares, afecções de laringe e pregas vocais, problemas de coluna, entre outros) e sintomas psicológicos (ansiedade, depressão) até chegar a graves comprometimentos da saúde mental de professores/as. São resultantes de dificuldades no gerenciamento dos fatores que provocam esse mal-estar ou, ainda, da impossibilidade de sua supressão.

O mal-estar docente é uma experiência subjetiva, e envolve atitudes e sentimentos que acarretam problemas de ordens prática e emocional aos docentes. O professorado, por muitas vezes, se depara com a necessidade de desempenhar vários papéis, muitas vezes contraditórios e somados a articulação de diversos fatores sociais e psicológicos presentes no exercício da docência. O esgotamento, que indica um conjunto de consequências negativas e que afetam o professor de maneira combinada com condições psicológicas e sociais, aparece como consequência desse mal-estar.

Gasparini et al (2006), destaca que são as transformações na organização do trabalho docente, bem como, as novas exigências e competências requeridas que não são acompanhadas por meios de desenvolvimento compatíveis, que acarretam uma sobrecarga de trabalho nos professores. Problemas de disciplina nas escolas, uma

administração insensível aos problemas da escola, pais omissos, críticas da opinião pública, salários inadequados, a precariedade das condições existentes, o grande volume de trabalho, a diversidade de questões presentes na sala de aula que precisam ser dominadas e como se não bastasse, uma expectativa social de excelência, podem ser a origem das queixas e do adoecimento mental na categoria. Aranda (2007, p. 84) afirma que, "o mal-estar docente é um traço que acompanha, ou que marca o fazer pedagógico nos dias de hoje", a mesma autora ainda destaca que:

> (...) embora o mal-estar atinja a sociedade como um todo e o mal-estar docente em muitos momentos se constitua em um reflexo pelo que é vivido no âmbito social (...), o mal-estar docente se diferencia do mal-estar da sociedade pela função que a escola possui, onde o professor não pode abster-se de se relacionar e de promover processos de aprendizagem (ARANDA, 2007, p. 84).

Na pesquisa realizada por Aranda (2007), a autora destaca alguns fatores que causam o mal-estar docente: relações com os alunos, com a comunidade escolar, com colegas e equipe diretiva. O sentimento de solidão por parte do professorado ao ter que lidar com problemas do cotidiano escolar, também ganha destaque e se configura como um causador do mal-estar docente. Transformações que vêm acontecendo na sociedade e no ofício de ser professor fazem do conceito de mal-estar docente um fenômeno complexo, tornando-o mais que um incômodo ou sentimento passageiro, um fenômeno que não está situado apenas no indivíduo, mas nas relações que se estabelecem na escola e na sociedade, podendo assim referir-se a mal-estares (ARANDA, 2007).

Após a apresentação desses conceitos, no capítulo seguinte irei apresentar a análise dos discursos das professoras participantes da pesquisa.

Capítulo III

ANÁLISE DOS DISCURSOS DAS PROFESSORAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Essa análise sobre as implicações que o trabalho docente e a sobrecarga de trabalho doméstico trazem para a saúde das professoras de Educação Infantil, tem como fio condutor as relações de gênero, considerando a condição de subalternidade da mulher no mundo do trabalho. Isso é relevante na medida que, como disse anteriormente, a inserção da mulher no mercado de trabalho não eliminou suas responsabilidades com as tarefas domésticas e familiares, na maioria das vezes naturalizadas como "obrigação da mulher". Nesse sentido, o trabalho remunerado das mulheres se soma ao trabalho doméstico e vice-versa, fazendo ver que, diferente dos homens, nenhum dos trabalhos realizados pelas mulheres se caracterizam como uma atividade estruturante de sua vida, o que tem implicações sobre sua própria identidade, como mulher e como professora.

A imagem da mulher cuidando da casa, dos filhos e do marido, enquanto o homem ocupa cargos assalariados, se altera, seja pelas lutas dos movimentos feministas, seja pelas necessidades econômicas ou pela combinação dos dois fatores. A verdade, é que a grande presença das mulheres no mercado de trabalho e a conscientização sobre seus direitos, coloca em discussão a velha divisão entre gêneros no trabalho. Se ao longo dos anos foi atribuído às mulheres o cuidar, será em profissões que demandam certos cuidados as primeiras a incorporarem um número expressivo de mulheres – professoras, enfermeiras, babás. Essas mudanças ocorridas, a partir da entrada das mulheres no mercado de trabalho de forma massiva, não determina que se encontre uma divisão

igualitária nas tarefas domésticas, e isso acarretará mais uma jornada de trabalho para as professoras, a ser acrescida nas suas 20 ou 40 horas semanais realizadas na escola. Essas horas que são destinadas ao trabalho doméstico, evidenciam a relação entre capitalismo e patriarcado, que naturalizou o trabalho doméstico como atributo feminino.

As professoras, com seu tempo *super-ocupado*, sem ter um trabalho estruturante que lhe defina e defina sua própria vida, são privadas de um tempo livre, o que acarreta repercussões sobre a saúde, tanto psicológica quanto física. Trabalhar na escola e trabalhar em casa; realizar tarefas da escola em casa ou da casa na escola, além dos impactos sobre a saúde, confunde sua identidade profissional e sua identidade como pessoa, pois suas atividades se sobrepõem ou se justapõem em todos os ambientes que atua.

Pelo que foi dito anteriormente, o conceito de gênero não pode ser pensado longe das relações de poder, já que é exercido de forma desigual entre homens e mulheres, evidenciando que as relações de trabalho – público e privado – estão constituídas por relações de poder entre os sexos, e isso, repetindo, afeta tanto a saúde quanto a identidade profissional e pessoal dessas professoras.

A sobrecarga de trabalho das professoras possui um componente que vai além do processo de trabalho nas escolas – o trabalho doméstico –, e são as relações entre trabalho/mal-estar e naturalização do trabalho doméstico que estão diretamente ligadas a intensificação e às questões de gênero, ou, de outra forma, a dimensão de gênero se faz presente nessas relações. A mulher que ao longo da história foi considerada a dona da esfera pública, a "rainha do lar", hoje assume também o papel de provedora e ocupa o espaço tido como masculino. Porém, vale ressaltar que grande parte das mulheres que enfrentam esse deslocamento mostram-se emancipadas em alguns espaços, mas continuam com os mesmos valores tradicionais em outros, e isso as conduz a chamada dupla ou tripla jornada de trabalho, pois elas acabam assumindo os dois lados da esfera – pública e privada.

Todas as professoras entrevistadas relataram que realizam o trabalho doméstico, e algumas mencionaram "a ajuda" que recebem dos maridos.

> É o pensamento da sociedade que a mulher precisa chegar em casa e seguir o seu trabalho. Aquilo se torna obrigação. Eu brigo muito lá em casa porque me dizem: - vou te ajudar a lavar essa louça. Não é me ajudando, tu tá fazendo a tua parte. Mas é o pensamento de uma sociedade, e a gente reproduz isso (PAG1).

> O meu marido me ajuda muito, mas tem coisas que ele não faz: dobrar roupa, estender uma roupa, limpar a casa, isso sou eu que faço! E aí é sagrado, fim de semana ele tem que sestear. Eu faço pelos quatro, eu e mais os três. Ainda mexo com ele: "Bah tu vai sestear? Bons sonhos pra ti que vou seguir minha jornada" (PC2).

Isso indica que a conquista de ocupar um espaço público não exime as mulheres das responsabilidades do trabalho privado. Esse movimento caracteriza-se pela permanente tensão entre o moderno e o tradicional, pois, embora as relações de gênero venham se alterando no que se refere a família e o trabalho, pode-se considerar que ainda estamos muito distantes de práticas mais igualitárias na organização familiar.

Os discursos fazem ver que as professoras acreditam que essas são tarefas de responsabilidade delas, e que, embora os maridos ajudem, existem tarefas que eles não realizam, e para além disso, eles não abrem mão do seu descanso, ou seja, a doação que existe por parte das mulheres em nome do bem-estar de todos os membros da família, parece não existir no cotidiano dos homens, que descansam enquanto a mulher segue a jornada de trabalho. Com isso, a conciliação casa/trabalho para as mulheres se torna uma tarefa difícil, especialmente porque grande parte das responsabilidades domésticas são à elas atribuídas:

> Eu faço todo serviço da casa, atendo o meu bebê e atendo o meu marido... (PAG2).

> A gente tem atividade aqui [na escola] e tem em casa. Tem os teus filhos, tem tua família, tu tens todo o teu entorno. Então não é só aqui! (...) Muitas coisas eu levo pra fazer em casa, tem o dia da nossa hora atividade, que é pra fazer isso, mas aquele dia tu vais aproveitar pra N coisas. É complicado, o professor está assumindo papéis que não são seus. Também a família, tudo! Tu não és só a professora, tu és a mãe, tu és a esposa, tu tens N coisas para fazer, então a gente chega em casa e tem tua família, tu tens outras coisas para fazer, e isso vai acumulando com o passar dos anos (PCL2).

> Realmente, a mulher trabalha bem... não que ela trabalhe mais que o homem, mas ela tem mais afazeres que o homem. Como eu não tenho empregada tenho que limpar a casa sábado (…) é uma correria, às vezes eu chego ele [marido] já varreu a casa, claro do jeito dele (PC2).

As professoras entrevistadas relatam que o trabalho doméstico desenvolvido por elas se caracteriza por limpar, lavar e dobrar roupas, organizar a casa, fazer comida, cuidar das crianças, auxiliar nas tarefas escolares dos filhos, entre outras. Mas seus discursos evidenciam que existe um cuidado; um cuidado mais amplo, da ordem da doação, ou do sacrifício. As professoras fazem todo o serviço da casa, o que, na literatura, indica tarefas tipicamente do trabalho doméstico, mas seus discursos indicam que há uma dimensão do cuidado que vai além do cuidar, mas doar-se e, em certa medida, sacrificar-se. Seus discursos evidenciam que elas são capturadas por produções culturais estabelecidas, que as fazem acreditar que elas são as únicas responsáveis pelo lar, naturalizando o trabalho doméstico como trabalho de mulher, e isso implica um sacrifício, um abandono de si em nome do outro (filhos, marido, netos…).

A doação diária, independente das condições físicas ou emocionais que as professoras dispensam à família, bem como suas posturas pastorais em sala de aula, possuem relação com a representação da mulher na sociedade, com discursos que naturalizam o trabalho doméstico como atributo essencial do feminino. Garcia, (2002, p. 63-64), destaca que "a bondade pastoral é uma forma de abnegação e vigília constante sobre os outros e sobre si próprio… O compromisso e a responsabilidade são o testemunho dos laços morais que unem o mestre pastoral a cada um dos indivíduos que estão sob seu cuidado".

O retorno para casa ao final do dia significa o início de uma nova jornada para as mulheres. Limpeza, alimentação, cuidados com filhos, cuidados com o marido… Além, é claro, das tarefas da escola que são realizadas também em casa.

> (…) a gente tem atividade aqui e tem em casa. Tem os filhos, tem a família, tem todo o teu entorno. Então não é só aqui! (...) Muitas coisas eu levo para fazer em casa, tem o dia da nossa hora atividade que é pra fazer isso, mas aquele dia tu vais aproveitar pra N coisas. A gente chega em casa e tem a família, tem outras coisas para fazer, e isso vai acumulando com o passar dos anos (PCL2).

> Tem a casa (...) toda a casa para manter. A roupa, a comida. Os meus filhos não moram mais comigo, mas tem os netos. É uma função, e isso causa também um estresse porque tu não tens tempo (PCL1).

> Cuido da casa, cuido da minha filha que tem seis anos (…) eu chego em casa, primeiro organizo a minha filha, o que ela fez no colégio, vou fazer o tema, dou banho, dou janta e depois eu continuo preparando aula para o outro dia. Vendo o que aconteceu, o que não aconteceu, o que pode melhorar, o que não pode... e aí eu vou dormir às vezes uma hora da

manhã (PPM1).

Essa divisão sexual do trabalho, que parece ser tão natural, só acontece porque, desde muito cedo, as crianças são direcionadas a acreditar nessa naturalização. Uma pesquisa com meninas entre 6 à 14 anos, realizada em 2013 pela ONG *Plan International – Por ser Menina no Brasil*. *Crescendo entre direitos e violências* – avalia que o tempo de brincar é insuficiente para elas, e isso acontece porque cerca de 82% delas têm alguma responsabilidade doméstica. Esse estudo realizado nos estados do Pará, Maranhão, São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, contou com a participação de 1.771 crianças e meninas adolescentes, e revela que a distribuição de tarefas ou dos afazeres domésticos entre meninas/adolescentes e meninos/adolescentes são permeadas por uma desigualdade de gênero no espaço doméstico. Enquanto 81,4% das meninas arrumam sua própria cama, 76,8% lavam louça e 65,6% limpam a casa, apenas 11,6% dos seus irmãos homens arrumam a sua própria cama, 12,5% dos seus irmãos homens lavam a louça e 11,4% dos seus irmãos homens limpam a casa.

Isso indica que, por serem meninas, elas são consideradas responsáveis pelas tarefas domésticas. As famílias acreditam que é tarefa delas cozinhar, limpar, passar, cuidar... e isso se torna uma problemática, pois diferencia meninas e meninos e hierarquiza as relações entre elas e eles, construindo uma subjetividade que naturaliza as tarefas domésticas como tarefas de mulheres.

Ser mulher é crescer acreditando que somos responsáveis pela família e pela casa, e isso se torna um problema quando a sociedade desvaloriza e invisibiliza essas responsabilidades, caracterizando-as como trabalho não produtivo, o que contribui para às desqualificar e às desvalorizar socialmente.

Todavia, o trabalho doméstico visto essencialmente como tarefa de mulher, é tema de muitos debates e estudos, que buscam, cada vez mais, denunciar a impossibilidade de separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo dentro da lógica capitalista:

> (...) a separação entre trabalho doméstico (reprodutivo), realizado prioritariamente pelas mulheres, e trabalho produtivo, destinado aos homens, permaneceu durante muito tempo naturalizada. O movimento feminista procurou denunciar essa questão, apontando que essa separação dentro do mercado de trabalho não representava o destino natural de cada sexo, mas era fruto da organização do trabalho e da economia. O movimento passou, então, a revelar as

> grandes contribuições do trabalho reprodutivo para o sistema capitalista, entre elas a de reproduzir a baixo custo a força de trabalho e a de exercer de forma gratuita parte do trabalho necessário a manutenção da economia capitalista (FREITAS, 2007, p. 11).

Se considerarmos cada vez mais impossível separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, e considerarmos também as tarefas domésticas crescentes e naturalizadas, vemos o quanto essas professoras têm o seu dia a dia sobrecarregado. Conquistar o espaço no mercado de trabalho trouxe às mulheres o acúmulo das funções, já que o emprego formal somado as naturalizadas tarefas de reprodução domésticas passaram a exigir das mulheres uma dupla, ou tripla jornada de trabalho.

Assumir várias responsabilidades faz com que as professoras se sobrecarreguem, e essa sobrecarga tem um componente que vai além do processo de trabalho nas escolas, ela abarca também o trabalho doméstico, e assim, sem perceber, elas tomam para si mais e mais tarefas que por vezes não dão conta de processar física e emocionalmente.

> Eu vejo as mulheres muito mais adoecidas, sabe por quê? Por ter essa sobrecarga em cima da mulher, a mulher quer ser totalmente independente. Se torna independente profissionalmente, uma mãe independente, uma esposa independente(…) querer ser independente, ter a minha independência financeira faz com que eu trabalhe muito mais, com que eu me esforce muito mais, que eu estude muito mais, que eu seja uma mãe muito melhor, uma professora muito melhor, uma esposa muito melhor, enfim... que sustente minha casa, e isso acumula muitas coisas, sobrecarrega a pessoa. A pessoa termina adoecendo, e no momento que a mente adoece, o corpo reage também adoecendo (PAG1).

Sobrecarregadas, as professoras, por vezes, se sentem incapazes ou se sentem culpadas quando não atingem algum objetivo, seja na escola ou nas relações familiares, e isso gera efeitos diretos sobre a saúde dessas mulheres que acabam por procurar nos medicamentos a estabilidade mental e física que procuram. A alta demanda que as escolas exigem, e problemas de toda ordem que emergem no cotidiano escolar, se somam a rotina repetitiva e cansativa das tarefas domésticas, fazendo com que essas mulheres não tenham tempo suficiente para descanso ou lazer.

> Cheguei final do ano estressada, fiquei louca par largar tudo e poder dar atenção pro filho. Fiquei sobrecarregada (…). É a correria do dia a dia que acaba acarretando doenças, pois a maioria dos professores ou trabalham em duas escolas ou mais. Conheço professores que tem 60 horas, manhã, tarde e noite. Mas é uma escolha nossa também (PT1).

> Eles estão vindo pra escola, e a escola está assumindo todos os compromissos com eles. Tu tens que educar, tu tens que escovar dente, tens que ensinar, tens que fazer tudo (…). Então fica tudo pra nós, a gente vai assumindo todos os compromissos. Não só de professora, tu é professora, tu é mãe, eu sou um pouco a avó (…) (PCL2).

A mistura das tarefas escolares com as domésticas é comum, e por muitas vezes, quando precisam resolver algum problema ou algum imprevisto escolar, elas deixam de lado os conhecimentos adquiridos na academia, em detrimento das experiências de mãe, tia ou avó, com isso a pedagogia do afeto doméstico/familiar acaba por informar as práticas pedagógicas em sala de aula. Ao analisar os discursos, pode-se perceber que as professoras afirmam que estão assumindo papéis que não são seus, papéis que elas identificam como sendo obrigação da família (mais especificamente das mães), sendo assim por acreditarem que possuem uma grande influência na vida dos alunos, as professoras se identificam como salvadoras e que possuem uma missão com essas crianças que, segundo elas, não possuem uma boa base familiar.

Realizar sozinha todo o trabalho com as crianças, que segundo elas seria obrigação da família, implica uma intensificação ainda maior quando somada ao quadro de longas jornadas de trabalho – muitas vezes em mais de uma escola, diariamente uma jornada que não acaba quando chega em casa –, de planejamentos diários, salas de aulas lotadas, infraestrutura precária, além da desvalorização profissional tanto por parte do governo como das famílias.

Apesar das condições muitas vezes inadequadas para o ensino e apesar da desvalorização e baixos salários que marcam a categoria, temos nas professoras profissionais comprometidas com o que fazem, mesmo não estando satisfeitas com as condições de trabalho oferecidas, isso não atinge a relação com as crianças. Nesse caso, o que aflige as professoras é a impossibilidade de realização de tarefas ou planos, já que são exigidas e cobradas o tempo todo, quando na verdade não possuem reais condições para execuções.

> A alguns anos eu quero fazer mestrado, e eu não consigo, isso gera uma frustração (PAG1).
>
> Se estressa com todas essas coisas que não têm retorno, que a gente pede melhores recursos, pede melhores condições de trabalho (…) (PCL1).
>
> (…) os professores estão cansados, estressados. A gente não tem apoio nenhum (PCL2).

As falas fazem ver o amplo leque de frustrações das professoras, tanto em seus projetos pessoais de qualificação até as condições específicas de seus processos de trabalho em suas escolas.

> (...) eu acho que a gente está muito desvalorizado, e isso reflete na tua sala de aula (PAG2).

> A gente precisa estudar para fazer um bom trabalho e depois nem ganha mais por isso (...) (PH2).

> A gente tá numa atividade, às vezes a gente tenta fazer uma coisa melhor, mas não tem como; por que tu começas no primeiro até tu chegar no vigésimo primeiro já está na hora do lanche. Tu já perdeste a tarde inteira, é bem complicado (…). Desde o xerox é a gente que paga. (...) o professor não faz mais o que ele estudou pra fazer (...), eu vi que virei babá (…), a gente passa o dia na escola (PPM1).

A crise de identidade profissional é uma realidade que os docentes vêm experimentando já há algum tempo. Sua formação, o papel social da educação e das escolas, vêm sendo alvo de críticas, questionamentos e tensões constantes entre educadores, famílias, alunos e Estado. Sem dúvidas, é sabido que a autoestima de qualquer trabalhador depende da percepção do próprio trabalho como algo útil à sociedade, e isso vem gerando transtornos nas docentes, tendo em vista a atual situação do cenário da educação no país. Existe uma total desvalorização e culpabilização, em vários aspectos, em cima dos docentes, que acabam por desacreditarem na importância do trabalho que realizam.

Um componente que agrega e torna ainda mais grave essa situação para as mulheres, como já foi dito acima, é a percepção da sociedade quanto ao trabalho doméstico, tendo em vista que é invisibilizado, e até considerado não trabalho. Isso faz com que essas mulheres/professoras se sintam desvalorizadas em todos os setores que ocupam, pois, a escola que seria o espaço de emancipação, de conquista da independência acaba por colocá-las em um lugar de baixo prestígio, e são muitas vezes reconhecidas como babás ou simples cuidadoras. Já o ambiente familiar é o espaço onde as mulheres continuam sustentando, sozinhas, o peso que o trabalho doméstico possui, além de não serem reconhecidas pelo esforço que fazem para garantir a ordem social no campo da produção e reprodução humana.

O tempo gasto com limpeza, arrumação, alimentação e o cuidado com os filhos não é computado, é um trabalho que exige esforço e dedicação, mas que é realizado gratuitamente e de forma inesgotável. Trabalhar na esfera pública, e ainda assumir todas as responsabilidades domésticas, aponta a existência das desigualdades na vida das mulheres. Mesmo que, as lutas feministas tenham conquistado direitos no campo da educação,

política e participação no mercado de trabalho, o exercício do trabalho doméstico continua sendo tarefa exclusivamente feminina, o que se explica as desigualdades de gênero existentes em nossa sociedade.

Servidão, gratuidade, afeto, doação, cuidado e tempo inesgotável, são características peculiares do trabalho doméstico que dificultam a saída das mulheres da teia da opressão patriarcal e capitalista. A acumulação de trabalho remunerado e trabalho não remunerado, intensifica a vida dessas professoras, onde as rotinas do cotidiano escolar e as repetitivas tarefas domésticas disputam sua dedicação, enquanto elas anseiam por descanso e tempo livre.

Hirata, (2004), destaca a forma como as mulheres dedicam seu tempo e sua vida para servir a sua família, afirmando que a servidão significa estar sempre à disposição do outro ou da outra; implica fazer uma atividade qualquer do jeito que o outro ou a outra gosta; significa ser considerada naturalmente uma espécie de adivinhadora dos desejos dos(as) outros(as), com total disponibilidade de tempo.

As extensas e cansativas jornadas no cotidiano escolar, somadas a abdicação que as professoras fazem do seu tempo livre, em nome do bem-estar de todos os membros da família, pode gerar sérias repercussões sobre a saúde, como por exemplo o uso contínuo de medicamentos, que são consumidos para poder enfrentar as rotinas diárias, afastamento do trabalho por motivo de doenças etc. Como mostrei na introdução desta dissertação, segundo a pesquisa *Trabalho e Saúde das Professoras de Educação Infantil das Escolas Públicas Municipais da Região Sul do Rio Grande do Sul (2016),* muitos são os problemas que acometem o dia a dia das professoras o que lhes exigem o consumo de algum tipo de medicamento. As professoras destacam em seus discursos, que necessitam de medicamentos para poder dar conta de todas as tarefas que precisam ser realizadas em um dia, sendo assim, é como se o medicamento passasse a ser um componente pedagógico das escolas.

As experiências vividas no processo de trabalho escolar e doméstico – embora somente o trabalho realizado na escola seja visto como trabalho propriamente dito – geram o mal-estar, que consequentemente adoece as mulheres, com isso é preciso considerar:

1. Existe uma ideia na sociedade de que somente é trabalho aquilo que é realizado na escola e não na esfera doméstica;

2. A invisibilidade do trabalho doméstico como trabalho, possui estreita relação com a atribuição das tarefas domésticas ao feminino, o que implica um processo de naturalização;

3. A invisibilidade do trabalho doméstico como trabalho, contribui para a sobrecarga de tarefas cotidianas que essas professoras devem e/ou precisam realizar, contribuindo para seus problemas de saúde;

4. Essa sobrecarga, com seus componentes de invisibilidade, reforçam o ethos de sacrifício que atravessa o trabalho escolar e o trabalho doméstico.

Cuidar é uma atividade que exige tensão emocional constante, o trabalhador, que, nesse caso, são as professoras, se envolvem afetivamente com seus alunos. Ao chegar em casa no final do dia, essa mesma professora, começa uma nova jornada de limpeza, arrumação e, é claro, cuidado. Muitas vezes, exaustas e com poucas alternativas de mudanças, as professoras acreditam que não possuem capacidade de resolver ou enfrentar problemas e acabam desenvolvendo atitudes e condutas negativas, que podem acarretar problemas de ordem prática e emocional. A isso, se dá o nome de *burnout.* Trabalhar exaustivamente, deixando de lado até mesmo as próprias necessidades, implica um desgaste e estresse que as levam a *Síndrome de burnout*, gerando um total esgotamento da energia física ou mental somados a baixa autoestima e falta de motivação, o que no trabalho docente é denominado de Mal-estar docente.

Para tentar reverter essa situação, continuarem ativas em suas responsabilidades e para conseguirem atingir os objetivos aos quais haviam se proposto, as professoras recorrem ao consumo de medicamentos, são eles que dão à elas o suporte que necessitam e a força que almejam.

> (…) Tu tomas uma "tarjinha" para desestressar, e chegar ao outro dia e estar novinha em folha para enfrentar aquele outro dia (PH1).
>
> (...) Eu já tomo Rivotril há um bom tempo (PCL2).
>
> Dependendo do teu grau de estresse, se tu não tomar um remédio tu não aguentas (PPM1).

A sensação de estar só, em momentos de necessidade, acarreta fragilidades emocionais que fazem sofrer, e podem atingir todo o contexto social ao qual a pessoa está inserida. É fato, que ter com quem dividir angústias, preocupações ou esperanças é fundamental na vida de qualquer pessoa, e é quando não se recebe esse suporte afetivo que as fragilidades emocionais e sofrimentos se afloram. As professoras, cansadas, com os recursos emocionais exauridos e falta de esperança em seus objetivos, começam a acreditar que os problemas apresentados são sempre maiores do que os recursos que possuem para resolver.

Assim, a vida privada e a vida profissional se encontram entrelaçadas, pois, se de um lado, no espaço doméstico, as mulheres são invisibilizadas, não possuem tempo para descanso, lazer e amigos, de outro lado, no trabalho escolar, elas tem problemas com infraestrutura, pais de alunos, secretarias, muito trabalho e pouco retorno, isso faz com que o desamparo seja sentido como professora e como dona de casa. Elas sentem a sensação se estarem sós, carregando um fardo pesado e sem ter alguém para dividir. O sacrifício, a doação e o sacerdócio são características moldadas pela sociedade, que marcam a docência, e não por acaso que também são características de uma mãe, esposa e dona de casa em uma sociedade patriarcal, por isso elas acreditam que todos esses fatores fazem parte da sua missão de educar, cuidar, e assim cumprem sua "sina" de realizar as expectativas dos outros: alunos, pais, escola, filhos, marido… em detrimento das suas.

Não se pode negar que o trabalho das professoras envolve afeto. Essa relação afetiva se torna quase que um componente obrigatório para o exercício do trabalho na educação, ou seja, para que se atinja algum objetivo é necessário que se estabeleça algum tipo de relação afetiva. CODO, (1999, p. 49), fala sobre a origem das palavras educação e educador: "A palavra educação provém do latim *educatio* que, além de instrução, também significa ação de criar, alimentar, alimentação, criação. Educador vem de *educator:* aquele que cria, pai, que faz as vezes do pai". Como percebe-se nas palavras de CODO, educar envolve atividades que são destinadas a família, nesse caso, o trabalho das professoras deve levar em conta o vínculo afetivo com os alunos e com as tarefas, caso contrário, o trabalho simplesmente não se viabiliza. Por tanto, será por meio do estabelecimento do vínculo afetivo que ocorrerá o processo de ensino-aprendizagem.

O cuidado, é uma relação de dupla transformação entre homem e objeto, uma vez que o cuidador se transforma, na mesma medida em que transfere para o outro, parte de si, e vê neste, o seu trabalho realizado (CODO, 1999). Nesta definição, pode-se inserir também o trabalho doméstico, uma vez que ele envolve, dentre outras atividades, o cuidado. Isso faz ver que o trabalho não se resume, necessariamente, apenas as atividades remuneradas, porém é notável que o trabalho não remunerado ainda é considerado menor e sem importância. Como é a mulher que se dedica a esse trabalho, seja por imposição social, por decisão própria ou por falta de alternativa, ela acaba por ser julgada no mercado de trabalho como inferior, e isso reflete em seus salários, tendo em vista que elas têm em média remuneração menor que os homens, mesmo assumindo cargos semelhantes ou com a mesma função.

Enfim, as falas das professoras mostram que a relação existente entre trabalho doméstico e trabalho docente, fazem do cotidiano das mulheres uma não centralidade e de certa forma uma falta de identidade, pois em relação a organização do tempo em suas vidas, nenhuma das atividades realizadas são estruturantes. Essas professoras acabam assumindo uma duplicidade de responsabilidades, pois ao mesmo tempo que estão inseridas no mercado de trabalho, elas não rompem as ligações com seus afazeres domésticos, o que ocasiona uma sobrecarga de trabalho, e consequentemente inúmeras queixas e insatisfações por parte das mulheres. Romper com essas associações do feminino com as tarefas domésticas, não é tarefa fácil, uma vez que, naturalizadas na sociedade esse rompimento implicaria um desmoronamento nos pressupostos morais e nos valores estabelecidos na sociedade.

CONCLUSÃO

No decorrer desta dissertação analisei as relações entre gênero, trabalho e saúde das professoras de Educação Infantil de 9 cidades do Rio Grande do Sul, explorando a condição feminina e a sobrecarga de trabalho segundo a condição de subalternidade que a mulher ainda ocupa na sociedade. Trata-se de uma cultura que faz recair sobre as mulheres uma gama enorme de tarefas, tornando suas jornadas de trabalho mais extensas que aquelas desenvolvidas/atribuídas aos homens.

Ao final desta pesquisa, de uma longa caminhada percorrida até aqui, ressalto que considero de extrema importância estudos que analisem o quanto ainda persiste a tradição da cultura dominante patriarcal, e o quanto isso ainda precisa ser desconstruído, uma vez que existe uma internalização por parte das mulheres que as fazem centralizar tanto o cuidado das crianças – a Educação Infantil como nível de escolarização naturalmente de mulheres – quanto as tarefas domésticas – o cuidado da casa é naturalmente de mulheres. Isso se legitima em nossa sociedade quando desde cedo as meninas são incentivadas e estimuladas a brincarem de donas de casa, mães, cozinheiras, além de um conjunto de regras familiares sobre o que é permitido e o que é proibido à condição feminina.

Na direção do que escrevi acima, destaquei a naturalização do trabalho feminino, tanto com crianças pequenas quanto com o trabalho doméstico, enfatizando que essa responsabilidade exclusiva das mulheres implica uma sobrecarga de trabalho e contribui para seu adoecimento. Essa naturalização do trabalho doméstico e da educação de crianças como sendo de responsabilidade quase que exclusiva das mulheres implica uma grande sobrecarga de trabalho para essas professoras e contribui para seu adoecimento.

Para reforçar meu raciocínio, ao longo do texto mostrei dados de pesquisas que fazem ver como as atribuições com a casa e com a família continuam sendo femininas –

“coisas de mulher” –, ocasionando uma dupla jornada de trabalho das mulheres que, junto a isso, necessitam exercer atividades remuneradas fora de casa. No caso das professoras investigadas, suas falas evidenciam como elas são capturadas por discursos que as fazem acreditar que são elas as únicas responsáveis pelo lar. À essa responsabilidade junta-se uma doação diária ao outro que, de certa forma, promove um abandono de si – de suas necessidades, de seu descanso etc. – em nome do outro, o qual necessita – segundo o discurso das professoras – de cuidados que só ela pode promover.

Essa espécie de servidão doméstica envolve um jogo de compensações muito parecido com as compensações que encontra também dentro da escola. No caso do trabalho doméstico, esse jogo de compensações envolve desde de compensações afetivas (carinho dos filhos, marido e demais parentes) até compensações simbólicas (reconhecimento de que sabe cuidar de sua família), neste processo fica assegurado o *status quo*, tanto da mulher (dona de casa) quanto da professora (a tia das crianças pequenas).

O trabalho doméstico, tanto quanto a naturalização da Educação Infantil como sendo trabalho de mulher, instaura-se na sociedade como um exercício de amor, um sentimento interiorizado que possui normas e papéis socialmente impostos, que podem ser de alienação ou de escolhas, e mesmo com tantas mudanças ocorridas ao longo dos tempos a ascendência masculina sobre a feminina ainda é a narrativa dominante nas mais diversas sociedades.

A independência das mulheres é um ato de extrema importância para as conquistas alcançadas no universo feminino, porém, essa independência aumenta a quantidade de trabalho a ser realizado ao longo do dia, afinal, como já dito anteriormente, a saída das mulheres para o mercado de trabalho não ocasionou uma divisão de tarefas entre os membros da família, mas sim um acúmulo de tarefas que recaem sobre as mulheres. O acúmulo de tarefas que vieram acompanhadas da independência faz com que aumente a sobrecarga de trabalho doméstico e profissional.

A naturalização do trabalho doméstico como único e exclusivo das mulheres, faz com que os homens fiquem de fora desse universo e de tudo que envolve o cuidar. Pois afinal cuidar é algo que provém das mulheres, “só elas podem fazer, só elas sabem fazer”.

Colocar as mulheres neste lugar de única responsável pelos cuidados da casa, dos filhos e do marido, faz com que se crie uma desqualificação em torno dos homens para realizar tais tarefas, pois, assim como as crianças, eles também não sabem… não são capazes.

O excesso de cuidado que as mulheres precisam dispor, o empenho que fazem para conseguir dar conta de todas atividades de um dia de uma maneira satisfatória, faz com que essas mulheres adoeçam, e como consequência, aumentem a quantidade de medicamentos ingeridos. Soma-se a isso o fato de que enquanto os homens trabalham na esfera pública e possuem todo reconhecimento da sociedade, a mulher – que também trabalha na esfera pública – torna-se invisibilizada no trabalho de casa; um trabalho que, afinal, somente gera valor de uso e não valor de troca, logo não é importante para os homens.

As precárias condições de trabalho nas escolas, as extensas jornadas, remuneração insuficiente, além das altas demandas familiares, pelas quais as mulheres são as principais, senão as únicas responsáveis, levam essas professoras a realizarem um alto esforço, tanto físico como mental, acarretando uma enorme sobrecarga de trabalho, uma vez que, mesmo inseridas no mercado trabalho, as tarefas domésticas, as quais deveriam ser de responsabilidade de todos, continuam sendo realizadas somente por elas.

O cansaço físico das professoras que atuam na Educação Infantil é ainda mais acentuado, pois o trabalho com crianças menores exige muita desenvoltura física e equilíbrio emocional, além de movimentos repetitivos e posições incomodas no decorrer do dia. Isso exige das professoras uma alta demanda física e psicológica no seu trabalho profissional. Mas o problema não se restringe somente a sua atuação profissional, pois além de todo envolvimento com as crianças e com atividades escolares, as professoras também precisam dar conta de várias tarefas domésticas que somadas as tarefas escolares acabam por consumir grande parte do tempo e da energia dessas mulheres, sobrecarregadas de tarefas em seus cotidianos.

Concluo esta dissertação mostrando meu desejo: de que nossa sociedade precisa reconhecer e valorizar as mulheres, não só no mercado de trabalho, mas também no dia a dia. Mudar conceitos antigos de que são as mulheres as únicas responsáveis pelo lar e pelos filhos é um dos primeiros passos para se ter uma mudança significativa. Embora os

discursos e as ações feministas venham ganhando espaço no campo dos significados sociais, e que essas lutas demandem por igualdade de direitos para as mulheres, os indícios de dominação masculina ainda prevalecem por toda parte. Isso pode ser notado nas diferenças salarias, assédio sexual no trabalho, violência doméstica, entre muitos outros atos de violência cotidiana – física e/ou simbólica –. Porém, é importante destacar que nesse campo de luta nada é definitivo. E isso traz alguma esperança, pois a existência de movimentos que combatem essas situações é um indicativo de que modificações estão ocorrendo, e, ainda, é um indicativo de que uma nova concepção de masculino e de feminino possa surgir no campo social.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **50 anos de feminismo. Argentina, Brasil e Chile**. 1° edição, São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, FAPESP, 2017.

ARANDA, Silvana Maria. **Um olhar implicado sobre o mal-estar docente.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/17311. Acesso em 22/05/2018.

ARAUJO, Tânia Mara de, GRAÇA, Cláudia Cerqueira, ARAÚJO, Edna. **Estresse ocupacional e saúde: Contribuições do Modelo Demanda Controle.** Ciênc. saúde coletiva [online]. 2003, vol8, n. 4, pp. 991-1003.

ARAÚJO, Clara ; SCALON, Ceci. **Gênero, família e trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 304p.

BALINHAS, Vera Lúcia Gainssa. et al. **Imagens da Docência: um Estudo sobre o Processo de Trabalho e Mal-estar Docente**. Revista Mal-estar e Subetividade – Fortaleza – vol. XIII, nº 1-2, p. 249-270. Mar/jun 2013.

BARBOSA, Luciana Cândido. **Desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico: reflexões iniciais**. III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais Olhares Diversos Sobre a Diferença. João Pessoa, 26 , 27, 28 de outubro de 2011.

BARBOSA, Luciana, E Soares, Maria. **"Trabalho doméstico, trabalho desvalorizado, trabalho de mulheres"** 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (2012): n. p. Web. 10 Mai. 2018.

BRASIL Decreto-lei nº de 06 de maio de 199-dou de 7/5/99. Republicado em 12/05/1999 № 3048/99.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Parâmetros **nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 2006.

BRASIL. **Retrato das desigualdade de gênero e raça**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Março 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato. Acesso em: 10/06/2017.

BRASIL. Nações Unidas. OIT: **participação das mulheres no mercado de trabalho ainda é menor que dos homens.** Disponível em: https://nacoesunidas.org/oit-participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-ainda-e-menor-que-dos-homens/ . Acesso 11/02/2019.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. **Perfil do Professor da Educação Básica.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília, DF: 2018, 67 p. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/1473981 . Acesso 03/04/2019.

CARVALHO, Marília. **Ensino, uma atividade relacional**. Revista brasileira de educação, nº 11, p. 17-32, 1995.

CARVALHO, Marília. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xama, 1999.

CYRINO, Rafaela. **Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado**. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 66-92.

DEDECA, Claudio Salvadori. *In* **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacinais**. Albertina de Oliveira Costa, Bola Sorj, Cristina Bruschini e Helena Hirata (orgs). - Rio de Janeiro: editora FGV, 2008. 420 p.

ESLABÃO, Leomar da Costa. **PROEJA: um dispositivo da governamentalidade produzindo posições de sujeito**. Tese – doutorado em educação – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, 2011.

ESTEVE, José S. **O Mal-estar Docente**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de Pesquisa, n. 114, novembro/2001, p. 197-223.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. **Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 257.

FREITAS, Taís Viudes de. **O cenário atual da divisão sexual do trabalho**. *In:* SILVEIRA, Maria Lúcia. Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado. São Paulo: Sof, 2007, p. 9-59.

GARCIA, Maria Manuela. **O intelectual e o professor críticos: o pastorado das consciências.** Currículo sem Fronteiras, v. 2, n.2, p. 53-78, 2002.

GASPARINI, Sandra Maria, BARRETO Sandhi Maria e ASSUNÇÃO, Ávila. **Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte**, Minas Gerais, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, p. 2679-2691, dez, 2006.

GRACIA, Tomás Ibáñez. **O giro lingüístico** In: IÑIGUEZ, Lupicínio (coord.). Manual de análise do discurso em ciências sociais. 2º Ed. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis , RJ: Vozes , 2005. P. 19-49.

HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária? In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. Coleção cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher – PMSP – Políticas públicas e igualdade de gênero, n. 8, dez. p. 43-54, 2004.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, nº 132, p. 595-609. Set/dez. 2007.

KERGOAT, Danièle. **Dicionário Crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – Livro 1 – O processo de produção de capital. 12.ed. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A., 1988.

PINHO, Paloma de Sousa. **Sobrecarga Doméstica E Transtornos Mentais Comuns Em Mulheres**. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Universidade estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2006.

SANCHES, Solange. **Trabalho Doméstico: Desafios Para O Trabalho Decente**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 879, set. 2009. Disponível em:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000300016>. Acesso em: 30/03/2018.

SANTOS, Judith Karine Cavalcanti. **Quebrando as correntes invisíveis: uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil**. 2010. 120 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/8484. Acesso em: 02/03/2017.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category

of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em 18/08/2017.

SPADA, Ana Corina Machado. **A Educação infantil no contexto da creche**: um estudo sobre a educação, o cuidado da criança de zero a três anos e a formação de professores no município de Marília-SP / Presidente Prudente : [s.n.], 2006. 235 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

VENZKE, Lourdes. **Professoras das escolas municipais de educação infantil de Pelotas**: identidades em construção. Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2004. (Dissertação de Mestrado).

VIEIRA, Jarbas Santos et,al. **Constituição das Doenças Da Docência (Docença)**. Relatório de pesquisa. Brasília: CNPq; Pelotas: UFPeL, 2009.

VIEIRA, Jarbas Santos et al. **A Produção Do Mal-Estar Docente Nas Escolas Municipais De Educação Infantil De Pelotas**. Relatório de pesquisa. Brasília: CNPq; Pelotas: UFPeL, 2012.

VIEIRA, Jarbas Santos et al. **Trabalho E Saúde Das Professoras De Educação Infantil Das Escolas Púbicas Municipais Da Região Sul Do Rio Grande Do Sul** . Relatório de pesquisa. Brasília: CNPq; Pelotas: UFPeL, 2016.